



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

48

ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAD/CONAB

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e quinze, às 9h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do artigo 16, inciso 11 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença da senhora Maria Emília Mendonça Pedroza Jaber, Presidente do Conad e dos demais conselheiros: Rubens Rodrigues dos Santos, André de Oliveira Bucar, Caio Tibério Dornelles da Rocha, Tânia Mara Garib e Tatiana Lipovetskaia Palermo, além de Luíz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, secretariando os trabalhos. Presentes, também, Paulo Graziottin, Chefe da Auditoria Interna, Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Auditora Interna, Marcos Paulo Silvério de Oliveira – Gerente Substituto da Gerência de Avaliação Operacional – Genop, Rafael Ferreira Fontes, Superintendente de Controladoria de Riscos - Sucor, Andrey de Matos Martins, Procurador-Geral, Manuel Vitorino Sousa Neto, Assessor da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do MAPA, e, como convidado o Sr. Cleiton dos Santos Araújo – Chefe de Gabinete da Secretária Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Dando início a ducentésima sexagésima terceira (263ª) reunião ordinária do Conselho de Administração da Conab, a Presidente cumprimentou os presentes, apresentou as novas Conselheiras, Sras. Tatiana Palermo e Tânia Garib, desejando-lhes boas-vindas, após o que iniciou a leitura da pauta: **1) Acompanhamento dos atos da Administração e Controle. 1.1. Exame das atas das reuniões da Diretoria Colegiada, destacando assuntos mais relevantes, com comentários.** Nada foi apresentado ao Colegiado. A Presidente solicitou que as Atas da Diretoria Colegiada fossem entregues aos conselheiros com antecedência mínima de 10 dias úteis. **1.2) Exame das Atas das reuniões do Conselho Fiscal, destacando os assuntos mais relevantes, com comentários.** Nada foi apresentado ao Colegiado. A Presidente solicita que o Confis entregue a Ata com uma semana de antecedência. Para tanto requer a Secretária do Conad que informe aos Conselheiros Fiscais o calendário de reuniões do Conad. **2) Fiscalização da Gestão da Diretoria executiva (Informações da Auditoria Interna e outros órgãos)** - CI Audin/Genop nº 196/2015 – Sumário Executivo da Nota Técnica Audin nº 08/2015 e a Nota Técnica Audin nº 08/2015. O relatório refere-se à auditoria realizada no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos - CDRH. O Auditor Chefe, Sr. Paulo Graziottin esclareceu tratar-se de auditoria operacional, que não visa apurar responsabilidades ou verificar falhas em processos, e sim, se está atendendo ao princípio da eficiência, mapeamento dos processos, os normativos e controles. Logo em seguida o Sr. Marcos Paulo, informou que a avaliação tomou como parâmetro cinco eixos estruturantes a saber: infraestrutura; planejamento das ações de treinamento; orçamento; normas e processos, e, organização interna e hierárquica da Gerência de Capacitação - Gecap em relação à Companhia. Dos trabalhos realizados constatou-se: a) A estrutura existente é satisfatória; b) O planejamento das ações é



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

adequado; c) O orçamento, face aos contingenciamentos estabelecidos pelas autoridades governamentais tem dificultado as ações de capacitação, optando-se pela realização de treinamentos que envolvam menores custos; d) Os normativos vigentes não impedem que empregados sem vínculos participem de treinamentos, o que face a escassez de recursos orçamentários é considerado indesejável, dada a transitoriedade característica do "comissionado"; e) No que se refere a organização interna e hierárquica da Gecap, apesar das dificuldades, não tem afetado o desempenho das funções e das metas estabelecidas pelo CDRH. Outro aspecto abordado foi a não realização de parcerias com outros entes públicos, e em especial com o Ministério Supervisor, podendo, para melhor utilização da unidade, até efetuar a apropriação dos custos, com a efetiva cobrança das despesas ocorridas (ressarcimento), quando utilizados por entidades não vinculadas ao MAPA. Concluída a apresentação a Presidente posicionou-se quanto ao fato de apenas 50% da área do CDRH ser ocupada por salas de aula e laboratórios de informática, bem como quanto ao treinamento de pessoas sem vínculo empregatício com a empresa. Logo em seguida o Conselheiro Rubens Rodrigues usou da palavra para informar que desconhecia a existência de treinandos sem vínculo permanente na empresa. Retomando a explanação, a Presidente ratificou a posição da Audin, quanto a razão da existência do CDRH ser destinada ao treinamento e capacitação de empregados efetivos da Conab. Na oportunidade sugeriu que a Ouvidoria seja transferida para a sede da empresa, por não ser o CDRH o local apropriado para a atividade. Dando sequência, o Conselheiro André Bucar, parabenizou a Audin pelo trabalho apresentado, e destacou alguns pontos do relatório, a saber: a) Não está claro, em nenhum momento, qual é o Plano de Capacitação da Companhia; b) O fato de a Gecap está realizando a capacitação com base nas necessidades de treinamento, quando deveria ser elaborada uma análise mais prospectiva sobre quais as competências a serem desenvolvidas no corpo funcional para atingir o seu objetivo; c) o Plano de Capacitação existente foi elaborado em 2008, e precisa ser atualizado, visando, não apenas o levantamento das necessidades permanentes de acordo com as propostas dos servidores, bem como está alinhado com os objetivos estratégicos da Companhia; d) Não obstante a redução significativa da alocação de recursos orçamentários e financeiros a partir de 2011, o quantitativo de pessoas treinadas, no período 2008/2014, alcançou 120% da meta prevista; e) A realização de capacitação para servidores de outros órgãos da Administração Federal, como MDS e MDA, com o conseqüente recebimento dos recursos orçamentários e financeiros. Considera importante que haja uma maior interação do CDRH com as demais áreas da empresa, com o intuito de um melhor aproveitamento dos treinamentos no desenvolvimento das atividades da instituição; f) corroborando com as colocações do Conselheiro Rubens Rodrigues, considera preocupante a sucessão dos conhecimentos estratégicos da Companhia, tendo em vista que 60% do corpo funcional está acima de 60 anos. Concluindo, por não existir um Plano de Capacitação formalmente previsto, com números de vagas determinadas, essa preocupação se coaduna com os apontamentos constantes das atas do Conselho Fiscal. Relatou que o Conselho de Administração, por diversas vezes, manifestou-se pela necessidade da existência do Plano de Capacitação, que certamente subsidiará a Diretoria Colegiada quanto a definição dos afastamentos dos empregados para realização de cursos, com foco em



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

graduação e pós-graduação. Ratificou, também, a necessidade de a Diretoria Colegiada estudar uma forma para que a Ouvidoria seja transferida para o prédio da Matriz. A Presidente retomando a palavra, indagou ao Auditor Marcos Paulo, da existência ou não de um Plano de Capacitação. Instado a se manifestar, informou que existe um esboço do Plano de Capacitação para 2014, entretanto dada a inexistência de um Planejamento Estratégico na empresa não há como se delinear adequadamente um Plano que venha a atender os anseios do corpo funcional e bem como da instituição. **3) Acompanhamento da execução da orientação geral dos negócios da empresa. 3.1. CI Gabin nº 263/2015 – Resposta à demanda constante da Ata Conad 261ª reunião ordinária – processos sobre ações de cobrança.** A Presidente, após análise das informações, destacou a existência de 1.949 ações cíveis, onde a Conab aparece como ré e autora, cujas ações cíveis estão distribuídas por Matriz e Superintendências Regionais, a saber: Matriz 169; Sureg/AC e RO – 46; Sureg/AL – 2, Sureg/AM e RR – 28; Sureg/BA e SE – 128; Sureg/CE – 50; Sureg/DF – 5; Sureg/ES – 19; Sureg/GO – 112; Sureg/MA – 145; Sureg/MG – 100; Sureg/MS – 33; Sureg/MT – 269; Sureg/PA e AP – 53; Sureg/PB – 7; Sureg/PE – 25; Sureg/PI – 103; Sureg/PR – 80; Sureg/RJ – 143; Sureg/RN 4; Sureg/RS 203 (40 estão a cargo da jurídica do BBrasil); Sureg/SC – 42; Sureg/SP – 37; Sureg/TO – 146. Sugeriu que as planilhas futuras sejam apresentadas com os processos em ordem cronológica e separando as ações em que a Conab é autora e ré e, outra planilha para cada tipo de ação por unidade. A forma como foi apresentado não tem como efetuar uma melhor análise. Não foi apresentada planilha das ações trabalhistas. O Conselheiro, Sr. André Bucar, informou que, na gestão anterior, o Conad solicitou da área jurídica uma relação dos processos. As planilhas foram apresentadas no formato ora requerido pela Presidente do Conad, que permitia uma análise mais executiva no acompanhamento geral da questão, utilizando gráficos e tabelas. Argumentou, ainda, que ao Conselho cabe acompanhar, trimestralmente, a evolução dessas ações. Destacou ainda um descompasso de informações, entre a Cojur e a Suofi, que informou a existência de 8.623 processos, dos quais 7.172 com ações ajuizadas. O Conselheiro Rubens Rodrigues esclareceu que esse desencontro de informações se deve ao fato de a Cojur efetuar o controle por nº de CNPJ e, a Suofi, por ação ajuizada. O Conselheiro André Bucar recomendou a utilização de uma única metodologia de levantamento e informações aos órgãos competentes. Sugeriu também que fosse realizada uma análise minuciosa dessas ações e que se proceda, observada legislação pertinente, a baixa contábil dos valores abaixo de R\$10.000,00, considerados irrecuperáveis, desde que acompanhados das respectivas justificativas das áreas financeira e jurídica. A Presidente solicitou ao Procurador Geral que apresente, na próxima reunião, uma proposta para a supressão da contabilidade dos valores objeto das ações cujos valores estão no patamar estabelecido pela Advocacia Geral da União – AGU. **3.2) CI Gabin nº 269/2015 - Demanda constante da Ata Conad 261ª reunião ordinária – cessão de empregados.** A Presidente indagou ao Conselheiro Rubens Rodrigues qual a estratégia adotada para as cessões/retorno dos empregados. Foi esclarecido que está sendo adotado o retorno seletivo, em função da capacitação/competência do empregado cedido para atuar nas diversas áreas da empresa e que em casos específicos as cessões não estão sendo renovadas. **4) Acompanhamento de contratos e convênios celebrados ou em vias de celebração pela empresa.** Nada

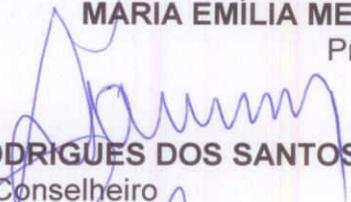


Conab

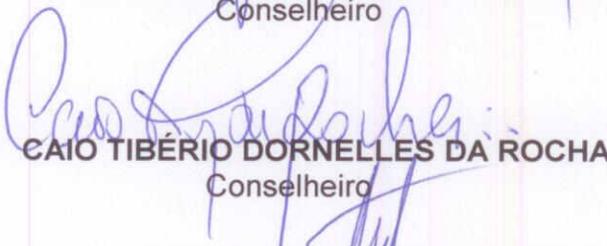
Companhia Nacional de Abastecimento

foi apresentado ao Colegiado. **5) Acompanhamento da execução orçamentária e investimentos da empresa.** Nada foi apresentado ao Colegiado. A Presidente do Conselho solicitou que a Conab faça apresentação, trimestralmente, da Execução Orçamentária da Companhia. **6) Outras Atividades. 6.1) Acompanhamento e controle das pendências, inclusive quanto a recomendações de órgãos de fiscalização e controle. a) Unidade Armazenadora de Uberlândia; b) Armazém Renascença; c) Empresa SPAM, d) Plano Nacional de Armazenagem.** Não houve evolução no andamento dos processos. **7) Assuntos Gerais. 1)** O Chefe de Gabinete Sr. Luiz Antônio, informou que a equipe de apoio aos Conselhos será reforçada, sem a adição de ônus para empresa, mediante o remanejamento de funções gratificadas que estão alocadas na estrutura da Presidência. Para tanto faz-se necessário alterar Regimento Interno, fazendo constar as alterações propostas. O Conselho deliberou por autorizar. **2) Apresentação do Cibrius.** A apresentação a ser realizada pelos Diretores do Cibrius ficou agendada para a próxima reunião do Conad. **3)** O Conselheiro Rubens Rodrigues comunicou que ficou acertada em Redir, que será agendada reunião na Casa Civil para discussão sobre Plano Nacional de Armazenagem e o andamento das ações de contratação de projetos e execução de obras, que estão a cargo do Banco do Brasil e sugeriu que o conselheiro Caio Rocha esteja presente, por ser um dos autores da proposta do Plano Nacional de Armazenagem. A Presidente aprovou a participação do referido conselheiro. **8) Extra pauta:** Nada foi apresentado ao Colegiado. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Luiz Antonio de Castro, Chefe do Gabinete da Presidência, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.


MARIA EMÍLIA MENDONÇA PEDROZA JABER
Presidente

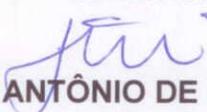

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheiro


ANDRÉ DE OLIVEIRA BUCAR
Conselheiro


CAIO TIBÉRIO DORNELLES DA ROCHA
Conselheiro


TÂNIA MARA GARIB
Conselheira


TATIANA LIPOVETSKAIA PALERMO
Conselheira


LUIZ ANTÔNIO DE CASTRO
Secretário